

## V Congresso da Aladaab discute intercâmbio entre Brasil, África e Ásia

O Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), do Conjunto Universitário Candido Mendes, o Núcleo de Estudos Brasil-África (Neaf), da Universidade Federal Fluminense, e o Setor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro realizam nos dias 8, 9 e 10 de agosto, na sede do Conjunto Universitário Candido Mendes, no Centro do Rio de Janeiro, o V Congresso Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos da Associação Latino-Americana de Estudos Afro-Asiáticos (Aladaab). O tema do congresso será "África, Ásia, Brasil: Intercâmbios", enfatizando a questão da alteridade; a discussão das relações entre Estado, política e administração; e o estudo das interinfluências culturais.

Com o apoio do CNPq, da Editora Ática, da Seagram e da Laticínio Normandia, o congresso tem como objetivos abrir um fórum de debates sobre as diversas formas de intercâmbio entre o Brasil e os continentes asiático e africano e congregar pesquisadores e instituições visando estabelecer troca de experiências e formas de cooperação entre instituições nacionais e estrangeiras.

As inscrições para participação – custando R\$ 20,00 para o público em geral e R\$ 10,00 para estudantes – podem ser feitas no próprio CEAA, na Rua da Assembléia, 10, sala 501. A seguir publicamos um resumo do programa do Congresso, que contará com a presença não só de renomados estudiosos brasileiros como também de especialistas de Angola e Moçambique.

### PROGRAMA

#### ● Terça-feira, 8 de agosto

##### 10 horas – Abertura

Candido Mendes (diretor do CEAA), Eduardo Judas Barros (presidente da Aladaab) e Carlos Hasenbalg (vice-diretor do CEAA)

##### 14 horas – Mesa-Redonda: Ásia, Pacífico e o Novo Cenário Internacional

Severino Bezerra Cabral (Cesna), Amauri Porto de Oliveira (Instituto de Estudos Avançados da USP), Paulo Visentini (UFRS), José R. Teixeira Leite (Unicamp). e Henrique Altemani de Oliveira (UnB)

##### 16:45 horas – Mesa-Redonda: Interinfluências Culturais Brasil-África

Rita Chaves (USP), Roberto Moura (Facha), Nei Lopes (Fundação Palmares) e Domício Proença Filho (UFF)

#### ● Quarta-feira, 9 de agosto

##### 9 horas – Comunicações

##### 14 horas – Mesa-Redonda: Os Últimos Vinte Anos em África: Reflexões e Tendências

Theophilos Rifiotis (UFPb), Kabengele Munanga (USP), Carlos Pacheco (historiador angolano), José Luís Cabaço (sociólogo moçambicano)

##### 16:45 horas – Mesa-Redonda: Cultura e Literatura na África de Língua Oficial Portuguesa

Laura Padilha (UFF), Benjamim Abdala Junior (USP) e Carlos Serrano (USP)

#### ● Quinta-feira, 10 de agosto

##### 9 horas – Comunicações

##### 14 horas – Mesa-Redonda: Relações Raciais no Brasil e o Racismo Contemporâneo

Carlos Hasenbalg (CEAA), Octávio Ianni (Unicamp), Giralda Seiferth (Museu Nacional/UFRJ), Livio Sansoni (UFBA) e Ivonne Maggie (IFCS/UFRJ)

##### 16:45 horas – Plenária da Aladaab

##### 18 horas – Coquetel

## CABO VERDE

A VIDA  
POR UMA  
GOTA

PÚBLICO, 30.6.95

75

vinte  
anos  
de  
independências

95

A PAISAGEM, vista da estrada, mostra, para onde quer que se observe, o grande projecto de reflorestação de Cabo Verde, um dos principais objectivos do PAICV logo que se concretizou a independência. Durante década e meia, foram plantadas mais de 40 milhões de acácias americanas, ao ritmo de cerca de dois milhões de árvores por ano, nas diversas ilhas.

Toda a gente participava na colocação dos rebentos, nas montanhas, colinas, planícies e vales mais secos do novo país: o tronco duro e as folhas da acácia a apontarem para nordeste, crescidas com o vento, foi, por longo tempo, o símbolo mais forte da construção de uma pátria minúscula, quase nula de recursos, em que muitos não tinham acreditado. Sem Portugal, o arquipélago de Cabo Verde, descoberto em 1460, única das ex-colónias africanas que foi povoada pelos portugueses, que a encheram de escravos e escravas (e muito rapidamente de mestiços, filhos de brancos e escravas), parecia incapaz de se aguentar de pé.

A acácia americana, e apenas ela, era a árvore que se conhecia capaz de criar raízes e crescer naquela clima e foi intensamente espalhada para ajudar a proteger os solos da erosão. É resistente como as cabras que se vêem na lixeira a comer papel, com latas no pescoço para não o dobrarem e mamarem o leite de si próprias, logo à entrada da Praia. As cabras que, escreveu o poeta Ovídio Martins, "ensinaram-nos a comer pedras para não perecermos".

Descobriram-se mais tarde inconvenientes, pois a acácia funciona como o camelo: mantém-se viva enormes períodos sem beber, mas, quando apanha água, sorve-a em quantidades extraordinárias, esticando as raízes, exaurindo os lençóis freáticos menos profundos. As grandes campanhas de reflorestação, perdendo o cunho patriótico quando da queda eleitoral do PAICV, em 1991, extinguíram-se.

A luta contra a falta de água

a dupla face  
da acácia  
americana

marca qualquer tentativa de compreensão de Cabo Verde, a começar pelo exponencial crescimento urbano da Praia. A cidade, há duas décadas, nos últimos tempos da administração colonial, quando Cabo Verde ainda servia como uma espécie de "viveiro" de quadros mestiços para a administração dos outros territórios dominados pelos portugueses em África, pouco mais era que um planalto de edifícios de governo virados para a baía, com alguns bairros periféricos. Agora, todas as manhãs se descobre aumentada com novas casas de habitação, quase todas clandestinas, construídas por homens e mulheres que, mais que atraídos por melhores oportunidades de vida na capital, foram expulsos do interior pela seca e inevitável desemprego. Na capital vivem hoje oficialmente 65 mil pessoas, mas muitos asseguram ter-se chegado às 80 mil. A taxa de crescimento da população, com uma média anual superior a 2,5 por cento (cada mulher terá ainda hoje, em média, pelo menos cinco filhos), atingiu na Praia os seis por cento.

Muitos queriam simplesmente emigrar para o estrangeiro, seguindo a tradição dos cabo-verdianos. Uma sondagem publicada recentemente pelo jornal "A Semana", a propósito dos vinte anos de independência, a comemorar no dia 5 de Julho, dava conta de que a saúde é prioridade para 65 por cento das pessoas e que o

emprego é a primeira aspiração. Confiantes no desenvolvimento do país, apoiantes do multipartidarismo aberto pelas eleições democráticas de 1991, 80 por cento dos entrevistados afirmaram inequivocamente que a independência significou progresso. Mas o número de pessoas que manifestaram intenção de emigrar nos próximos anos (45 por cento) demonstra a que ponto os cabo-verdianos sentem na pele a pobreza e desemprego estruturais nas ilhas.

Os censos de 1980 concluíram que a taxa de desemprego se cifrava em 21 por cento (14 por cento para os homens e 31 por cento para as mulheres). Um quinto das famílias tinha pelo menos um desempregado no seu seio. Em 1990, o desemprego já atingira a média de 25 por cento. Hoje, há zonas de Cabo Verde, especialmente nas ilhas agrícolas de Santiago, Santo Antão e Fogo, em que em cada 100 pessoas em idade activa há pelo menos 35 sem emprego.

Outra razão para o crescimento da "metrópole" parece ter sido o efeito quase contraditório das intensas campanhas de alfabetização. A taxa de analfabetismo nos mais jovens, segundo os números oficiais, é praticamente nula. Os programas de escolarização de adultos mantiveram-se com o Governo do MpD. As crianças e jovens até aos 20 anos — mais de metade da população — descobrem novas aspirações e, conscien-

tes de que a seca tem vindo a agravar-se, tentam fugir da vida dura e isolada do interior.

Mas na Praia, os hábitos de higiene trazidos do campo, a falta de uma rede estruturada de saneamento básico, estão a criar uma mistura explosiva. Mesmo ao lado do Palácio do Governo, edifício oferta da China, as acácias da encosta do Bairro do Brasil — que até há pouco serviam como casa-de-banho pública — foram cortadas pela base pelas autoridades sanitárias, conscientes de que ali podia estar um dos focos mais activos de propagação da cólera.

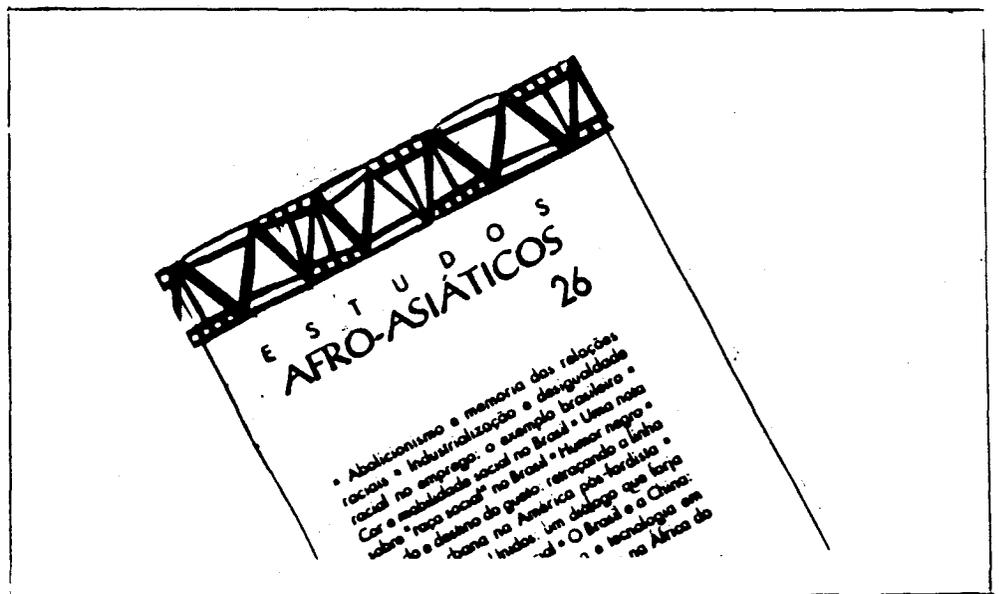
Nos últimos meses, a doença atingiu mais de três mil pessoas e matou perto de oito dezenas. Se agora são raros os casos mortais da epidemia (o director do hospital da Praia, Francisco Amado, situa-os no "nível aceitável de um por cento"), o alastramento gradual da doença obriga à difusão permanente das regras de higiene e manuseamento de comida, pela rádio e televisão. Vários carros armados de alfaiates percorrem as ruas com mensagens em crioulo.

As nuvens de poeira amarela que periodicamente invadem a cidade, sinal de que os campos estão secos e queimados, só parariam se a chuva regressasse. Cabo Verde ficava mesmo verde e os subúrbios da Praia esvaziavam-se de camponeses, cidadãos por necessidade. ■ R.C.M.

Investimento em África  
é rentável

PÚBLICO, 6.7.95

O INVESTIMENTO privado em África é mais rentável do que noutras regiões do Terceiro Mundo, mas continua a ser insuficiente, segundo as conclusões ontem divulgadas da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED). "Apesar dos esforços realizados, a África não aproveitou o aumento rápido dos fluxos de investimentos: entre 1986 e 1994, os investimentos mais do que duplicaram no conjunto dos países em vias de desenvolvimento, enquanto em África progrediram apenas ao nível anual de cerca de três mil milhões de dólares" (438 milhões de contos), salienta a CNUCED, que sublinha ainda que no continente "existem numerosas oportunidades de investimento". ■



# chuva, o milagre na terra

Reportagem de Rui Cardoso Martins (texto) Miguel Silva (fotos)

PÚBLICO, 30 6 95

**A seca voltou, como sempre em Cabo Verde. Na sua horta, Ana, a velha vendedeira do mercado de S. Domingos, recorda o dia húmido em que viajou até Fátima e Coimbra e sonha com o momento em que na sua terra pudesse haver um terço da chuva a que os portugueses chamam seca. Com o desemprego e a inevitável pobreza, a seca empurra milhares de cabo-verdianos para a cidade da Praia. A caminho, muitos deles, da emigração para o estrangeiro, objectivo que ainda hoje alimenta as esperanças de 45 por cento da população destas dez ilhas, descobertas há cinco séculos por navegadores portugueses, sem riquezas minerais e sem um único habitante. Por uma estrada de calhaus que mais parece construída no meio de um deserto sem remédio, os enviados do PÚBLICO descobriram, porém, manchas frescas de hortaliça. A esperança entre montanhas de poeira castanha levantadas pelo vento Leste. O primeiro de uma série de destacáveis que culmina na próxima quarta-feira, 5, data da proclamação, há vinte anos, da independência da República de Cabo Verde.**

AS CHUVAS de 1990, as últimas com direito a ser lembradas na ilha de Santiago, permitiram abrir até Pico Leão o que em Cabo Verde, com exagero, se considera uma estrada. Na altura, o vale de São João Baptista ficou cheio de trabalho. Milhares de camponeses correram para os montes e atraíram as sementes nos socacos que tinham preparado à espera da água. Outros, incorporados nas frentes temporárias de obras públicas, rasgaram a serra a pá e picareta. Nesse ano, o vale ficou verde-claro e deu comida, os caminhos de burros, amolecidos pela chuva, abriram-se às camionetas no interior sul da maior ilha do arquipélago.

A seca voltou, como sempre em Cabo Verde, mas tão violenta que a estrada de calhaus parece ter sido construída no meio de um deserto sem remédio. YaYa Konaté, o engenheiro agrónomo do Mali, dava gargalhadas aos solavancos e aclarava a garganta quando se enchia de pó. "Sim, sim, não admira que tanta gente esteja a fugir para a cidade! Esta terra é tão fértil, mas não chove! Oh, quando eu vejo as pessoas a tomarem refrescos nas esplanadas da Praia!"

Atravessando aquele caminho diabólico três vezes por semana, por vezes YaYa tem feito desvios no vale. Sob e desde até encastrar nos sítios mais autênticos da pobreza cabo-verdiana. Na semana anterior tinha sido uma velha que o pegou pela mão e o levou para dentro de casa, isolada num ermo. Há três meses que ela não recebia os 11 litros de milho e

um de óleo da ajuda social. E a horta estava completamente nua. "Não tinha nada para comer e começou a chorar. Tinham-se esquecido completamente dela, lá em cima! O filho emigrou há 16 anos para os Estados Unidos e nunca deu notícias... Oh, quando venho daqui e chego à Praia e vejo as pessoas nas esplanadas..."

Não dizia isto com uma voz militante de quem se convencera ser dos poucos a combater, todos os dias, o destino duro de Cabo Verde. Dez ilhas que há cinco séculos foram descobertas pelos portugueses no meio do Atlântico, frente à África, sem riquezas minerais e sem um único habitante. Pais há vinte anos independente e com muitos mais de seca, a apertar progressivamente 350 mil pessoas que não produzem, em média, mais de 15 por cento do que comem. A caminho de Pico Leão, todo contente, YaYa Konaté respondia aos irresistíveis acenos das crianças montadas em burros pequenos como cães, com os dorsos carregados de garrafas amarelas de óleo de soja que foram transformados em recipientes para água.

Em quase todas as curvas da estrada, entre a capital e Pico Leão, há exércitos de crianças crioulas, cada uma mais bonita que a outra, que fazem adeus sorridentes aos carros. Muitas, a meio da tarde, vinham a pé da escola para casa, outras regressavam de fontes longínquas, no percurso diário de várias horas em cima dos burricos.

Na última curva para Pico Leão, finalmente, foi pos-

sível entender o entusiasmo da voz de YaYa. Em baixo, completamente à revelia da paisagem, das montanhas de poeira castanha levantadas pelo constante vento nordeste do país, estavam manchas frescas de hortaliça, protegidas por muros. O orgulho de YaYa Konaté, nascido no Mali, formado em Agronomia pela Universidade de Krasnodar, na Rússia, técnico do Ministério da Agricultura de Cabo Verde, ao serviço das Nações Unidas e do seu Projecto de Luta contra a Desertificação do Vale de São João Baptista.

Num país que importa quase tudo o que consome, que depende como poucos no mundo da ajuda internacional e das remessas dos emigrantes (é provável que vivam mais cabo-verdianos na Europa e América que em Cabo Verde), as ilhas essencialmente agrícolas como Santiago sobreviveram com a corda na garganta.

Já não se morre de fome no arquipélago, como aconteceu nas grandes crises cíclicas do século XIX e da primeira metade do XX. O auxílio dos outros países, com destaque para Portugal, tem sido imprescindível. Cabo Verde conquistou algum prestígio, raro em África, de saber aproveitar a ajuda externa, tanto a directa como a feita em infra-estruturas produtivas. Mas os ventos quentes do Sahel, com persistência exasperante, continuam a empurrar para o largo as nuvens carregadas, que passam por cima das montanhas e se esvaziam no mar. Outras vezes, se acertam, dão em bategas violentíssimas que se transformam

em aluviões no solo e arrasam para o Atlântico as camadas mais férteis da terra cabo-verdiana.

Mas os homens, mulheres e crianças de Cabo Verde são gente rija. Ultrapassam cada desastre agrícola com a estranha certeza de que, no próximo ano, tudo vai correr bem. Em Julho, Agosto ou Setembro vai acabar por chover. O projecto em que YaYa se meteu tem contado com a única grande riqueza do país: as pessoas.

"Ele foi a melhor coisa da minha vida!" Gracelindo, cujo nome verdadeiro é André, estava a dizer isto e a apontar para o agrónomo YaYa Konaté. Um dia, há três anos, o engenheiro apareceu em Pico Leão, sacudiu das mangas magras o pó da estrada e pôs-se a defender em público ideias novas. Desde que foi fundada, a aldeia de Pico Leão tem-se dedicado essencialmente à cultura de cana sacarina, para fazer aguardente — o grogue — e alguma mandioca. Gracelindo, de 25 anos, e o irmão José Augusto, de 38, ouviram então teorias exóticas. Dizia YaYa, no seu ainda arrevesado crioulo, que em vez de perderem energias a plantar cana-de-açúcar, que só dá uma vez por ano e precisa de água que cada vez é mais rara, deviam experimentar as hortaliças e legumes. As hortaliças crescem três vezes por ano, continuava o engenheiro.

Os pico-leonenses sabiam de fonte segura que a hortaliça não podia crescer na zona, com tanto vento. YaYa e os outros técnicos alugaram então um terreno

bem no centro da aldeia, plantaram cebola e asseguraram: "Se não der, vamos embora." Mas deu, e rapidamente provaram que com a cebola se podia fazer muito mais dinheiro que dantes.

Gracelindo e José Augusto estavam então metidos nas equipas das FAIMO (Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra), projectos de obras públicas que pagam um salário de sobrevivência aos agricultores desempregados pelas secas. Convencidos por YaYa, começaram à procura de água para fazer uma horta. "Os dois irmãos, na altura, nem sabiam plantar um repolho...", sussurrou YaYa.

Escolheram um fundão ali perto e, apostando na sorte, cavaram um poço. "Já tínhamos escavado pelo menos seis metros. Estivemos um mês e cinco dias a fazer o poço. E não encontramos nada." Gracelindo foi-se um pouco a baixo. Recuperou por momentos o antigo projecto de emigrar. Mas, como revela uma das suas máximas, "aqui é preciso ter paciência com coragem. Se não, não se faz nada". Subiu a um cerro altíssimo e, com o irmão, andou dois quilómetros e encontrou um tufo verde.

— Era um dia de domingo e vamos para lá e encontramos uma parte com plantas verdes. Em dois dias, das seis da manhã às sete da tarde, encontramos a nascente.

— Fizeram logo uma festa, com certeza.

— Festa? Por enquanto não tínhamos dinheiro para festa... Mas já houve um groguinho para tomar. Fizemos uma festa do coração, disse Gracelindo, e acariou a pele lisa de uma aboborinha engordada com a sua água.

Não foi só assim. Desataram a correr para a Cidade da Praia, os primeiros quilómetros a pé e depois numa das Toyotas Dyna que, nos anos mais recentes, se reproduziram como moscas nos caminhos mais loucos de Cabo Verde e atravessam a salto os precipícios, a rebeantar de balaços e de gente, deixando os burros à distância. Chegaram à noite e encontraram YaYa e choraram de alegria com a notícia do poço.

Passou a Gracelindo a ideia de emigrar, para uma sorte quase certa de pedreiro subalterno da construção civil: "Pensava nisso antes de descobrir o meu poço. Deputado vi que podia ficar a trabalhar na minha própria terra. Prefiro ficar aqui a plantar isto. Aqui, não me importo de carregar pedras e baldes de massa, o que for preciso. Mas noutra terra, de outra gente, acho que já não queria..."

O sobrinho de Gracelindo, José Alcides, estava a olhar para ele, muito calado, encostando o nervoso pé de 18 anos a um torrão. Gracelindo falou também para ele:

— Eu, para Portugal, pensei em ir em pequeno. Mas depois vieram a Santiago emigrantes portugueses que disseram que em Portugal era a mesma coisa com o trabalho. Eu, por mim, preferia a Holanda...

Continuação da pág. anterior

# chuva, o milagre na terra

— E tu, José Alcides?

— Eu gostava de ir viajar, disse José Alcides, com um brilho no olho que depressa corrigiu. Ir... mas poder voltar para a minha terra... concluiu, a fugir à cara do tio.

Pois trabalho ali não falta, desde a descoberta do poço. Foi preciso construir, lá no alto, perto da nascente, um depósito, e depois a levada com mais de dois quilómetros de cimento a escorregar pela serra. YaYa tinha grandes planos para aquela família, era a grande oportunidade de provar a todos os habitantes de São João Baptista que o vale pode escapar à desertificação e à pobreza.

Em dois anos, Gracelindo e o irmão pagaram os empréstimos das duas autobombas e começaram a transformar-se nas pessoas mais prósperas da terra. YaYa ajudou-os a instalar o revolucionário sistema da irrigação gota a gota (material holandês e japonês, enquanto esperam o mais recente modelo israelita), uns tubos furados de 12 em 12 centímetros que dão a cada planta o líquido estritamente necessário ao seu crescimento, evitando ainda que apareçam quaisquer ervas daninhas.

Colhendo dois a três mil quilos de repolho por ano, por exemplo, Gracelindo pode agora oferecer algumas centenas aos vizinhos mais carentes e ajuda a dieta da escola primária, onde todas as crianças, com o auxílio mundial aos programas de escolarização de Cabo Verde, recebem por dia uma refeição quente.

A água parecia privilégio da nascente ancestral de Pi-

co Leão, no vale, racionada em regime de rotação. Cada família tinha direito a regar a sua horta durante 24 horas, de 15 em 15 dias. YaYa tem lutado pela mudança deste sistema tradicional, convencendo as pessoas de que é muito mais produtivo ter a água apenas 12 horas, mas todas as semanas. Mas o caso dos dois irmãos teve um impacto enorme. Alguns pico-leonenses ganharam a febre da água e começaram a procurá-la como minas de ouro nas montanhas da freguesia. Descobriram-se dois novos poços em locais onde nunca ninguém tinha sequer pensado em levantar um punhado de terra.

## OS JUSTOS E OS ÍMPIOS

A ida a Pico Leão suavizava a triste conversa com Ana, a velha senhora de São Domingos. Com 62 anos, é uma das vendedeiras mais queridas no mercado de legumes da Praia, conhecida pela boa disposição. Mas em casa, na véspera, Ana repetiu vezes sem conta frases que é difícil rebaatar. "A vossa terra é bonita, a nossa terra é pobre." Mas Cabo Verde é muito bonito. "Mas a vossa terra é que tem muita água. A vossa terra é rica, abençoada, a vossa terra é saudável, a nossa é pobre." Em Portugal também houve seca nos últimos anos e há muitas culturas perdidas e pessoas aflitas. "Onde?" Olhe, no Alentejo. "Ah, no Alentejo", reflectiu Ana, com a mesma cara encontrada antes, noutra pessoa, e que dissera "nós só queríamos um terço da chuva a que vocês cha-

mam seca".

— Quando cai a chuva, cai um milagre na terra. Cai a felicidade.

Ana, quando há anos visitou a filha nos arredores de Lisboa, viajou até Fátima e Coimbra em dia húmido. Viu também Sintra e não há nada a fazer. Foram tempos felizes e, se fosse rapariga nova, não regressava, não tem qualquer dúvida. Mas, com a idade, mal tinham passado oito dias já só pensava em regressar ao seu Cabo Verde. Quando o fez, calhou-lhe em cima uma das antigas fatalidades do país e logo no dia a seguir ao da chegada. Foi atropelada por um automóvel e, mesmo se há muitos médicos de clínica geral, escasseiam os especialistas. Nos tempos da cooperação directa do regime único do PAICV com Moscovo iam parar a Cabo Verde especialistas que eram um autêntico refúgio da ciência médica da Rússia. Havia um ortopedista que ficou famoso na arte de amputar sem hesitações todas as fracturas expostas.

Ana avançou para a horta a coxear, com um osso tão mal colado que parece ter duas pernas esquerdas. Mas nunca parou, como "dono da casa", responsável máxima pela alimentação de dez pessoas, incluindo filhas, noras e netos. Um filho "foi executado" por um carro quando seguia de bicicleta na estrada, outros estão "embarcados" no estrangeiro. "Olhe, esta terra dava cenoura, milho... Agora não dá nada." A horta seca obriga-a a correr por vários sítios, todas as madrugadas (menos

no domingo), até encher o cesto com produtos que diariamente leva para vender no mercado da Praia.

Não estava a ver boas possibilidades de as coisas mudarem este ano. Por um lado, o vulcão do Fogo teve uma erupção, o que em Cabo Verde é entendido pelos mais velhos como sinal seguro de chuva. Foi assim em 1951. Os anos de 1947 e 1948 tinham sido terríveis, morrendo alguns milhares de pessoas por escassez de alimentos, nas várias ilhas. Ana, na altura adolescente, lembra-se de que "havia fome, seca e gafanhotos... Se chovia um pouco eles comiam tudo". Depois da erupção, finalmente choveu bem. Por outro lado, este ano, mesmo com o regresso do vulcão, registaram-se as profanações das igrejas. Imagens de santos e de Cristo foram roubadas ou partidas em várias igrejas, como a de São Domingos. A polícia não descobriu ainda os autores nem a verdadeira intenção do crime. E Deus, segundo Ana, "pode castigar".

— A nossa terra está muito triste. Estragaram os santos. Eu peço a Deus para os perdoar, que não sabem o que fazem.

Na igreja, em cima do monte, na oficina, tentava-se a recuperação de um Cristo partido a golpes de martelo. Os restos da cabeça e das mãos foram enfiados num molde de cimento e ferro, que está a secar. O padroeiro São Domingos, uma obra de madeira esculpida em Braga, foi reduzido a cacos de lenha, um São Nicolau Tolentino de gesso desapareceu pela janela

contígua ao altar. No púlpito, em forma de caravela portuguesa, o padre tinha deixado a Bíblia aberta no Livro da Sabedoria, a vida e a morte dos justos e dos ímpios. "Os ímpios terão o castigo que merecem os seus pensamentos, uma vez que desprezaram o justo e se afastaram do Senhor."

## A VIAGEM

Gracelindo, em Pico Leão, longe destas questões, proprietário por direito próprio de uma nascente pura, pede ao sobrinho José Alcides para ir buscar uma garrafa de grogue. Passa metade do tempo a olhar para os pés de couve e de pimento com ternura. O grogue chega e Gracelindo/André (em Cabo Verde existem mistérios como um António ser conhecido por Vítor), serve um grogue de despedida. Está decidido que vai mesmo ficar, para sempre, em Cabo Verde. O caso é raro num agricultor com 25 anos em Santiago. Está radiante com o poço. "Só quero passar umas férias no estrangeiro, para conhecer outros países. Já há dinheiro, o problema é os vistos."

E o sobrinho José Alcides, de 18, a quem também pertencem, por via do pai, as mais ricas hortas de Pico Leão, aproveita e diz finalmente o que lhe estava a queimar a garganta. Não se percebe à primeira. Ele repete, com os olhos claros a piscar.

— Vocês não podem levar-me para Portugal? ■

## Durão anuncia acordo e apela a Ghali "Que a ONU não se atrase, não venha atrás..."

PÚBLICO, 6.7.95

UM "ACORDO de princípio" para uma "parceria privilegiada" no campo económico foi estabelecido entre Portugal e Angola, anunciou ontem Durão Barroso, no fim da sua visita de dois dias a Luanda. Conforme notícia a Lusa, o ministro dos Negócios Estrangeiros, que se recusou a revelar os termos do acordo, afirmou ser "bom que em Portugal se saiba que há esta receptividade em Angola ao investimento português e ao comércio com Portugal". "Vamos ver, agora, se de facto todas as condições se conseguem reunir, aqui e em Portugal, para que isso se transforme em realidade", acrescentou.

Entretanto, Durão Barroso vai abordar a questão angolana com o secretário-geral da ONU, Butros Gha-

li, durante o encontro que vão manter no fim de semana em Genebra, para mais uma ronda de conversações sobre Timor-Leste. O ministro disse que, para além de ir transmitir as impressões que recolheu em Angola sobre o processo, vai pedir a Ghali que as Nações Unidas "não se atrase, não venham atrás do governo e da UNITA, que estejam pelo menos à mesma velocidade".

Durão Barroso reuniu-se ontem de manhã, durante cerca de duas horas (hora e meia na companhia das delegações, e meia hora a sós), com o Presidente da República de Angola, a quem transmitiu uma mensagem verbal de Cavaco Silva, cujo teor não revelou. Durão Bar-

roso afirmou que o presidente angolano manifestou o seu apoio à ideia de "participações cruzadas, de associações de empresas portuguesas e angolanas, de uma associação mais estreita em determinadas áreas". O ministro português especificou que o objectivo é consolidar uma relação "não apenas no comércio, mas mais de investimento, para o desenvolvimento de Angola no quadro do plano de reconstrução nacional que o governo angolano vai definir".

Para além da vertente económica, que, segundo afirma Barroso, deverá trazer vantagens mútuas: "também no interesse da diversificação da economia portuguesa" - Portugal pode intervir pondo à disposição

de Angola meios humanos e assistência técnica, entre outras acções de cooperação. Durão Barroso reafirmou o reforço da participação portuguesa no processo de paz angolano, através do envio de militares que substituirão os britânicos, no apoio logístico à missão de verificação da ONU em Angola. O ministro disse ter abordado ainda com Eduardo dos Santos outras questões que se recusou a revelar por serem "demasiado concretas". Mas disse ter transmitido ao Presidente angolano a convicção de que a solução política é a melhor para Angola e que qualquer solução militar seria sempre "transitória, precária, não conseguiria promover a reconciliação nacional, que é indispensável para o progresso de Angola". ■

# regresso ao passado

PÚBLICO, 17 95

*"Costumava dizer aos meus colaboradores: 'Não me preocupam as vossas ideias políticas. O que me preocupa é o que mais me interessa é que vocês trabalhem e produzam para melhorar o nível de vida dos cabo-verdianos.'"*

Lopes dos Santos,  
"Os Últimos Governadores  
do Império"

A APOSTA parecia demasiado alta, à partida: levar de volta a um país hoje independente o homem que, dois meses antes da revolução do 25 de Abril e do processo descolonizador que se lhe seguiu, exercia a alta e politicamente comprometedor função de governador colonial.

O general Lopes dos Santos aceitou o desafio do PÚBLICO. O mesmo fizeram, de um modo exemplarmente descomplexado,

as autoridades cabo-verdianas. O seu regresso ao Sal, a Santiago e a São Vicente, onde nunca mais voltara desde Fevereiro de 1974, mostrou o que tinha por seguro quem melhor o conhece: do último governador colonial ficou no arquipélago a memória de um homem "íntegro, sério" e que, "não obstante os condicionamentos da época", lutou pelo desenvolvimento do território.

A comprová-lo ficaram não apenas as audiências concedidas pelas principais figuras do actual poder (Presidente da República, primeiro-ministro e ministro da Defesa Nacional), mas também os encontros que com Lopes dos Santos quiseram ter os seus antigos colaboradores, alguns dos quais exerceram altas funções no novo país independente.

Governar Cabo Verde foi o último mas não o primeiro posto de responsabilidade "ultramarina"

deste oficial oriundo da arma de Engenharia. Lopes dos Santos desempenhou também as funções de governador de distrito em Moçambique, de 1959 a 1962, e de governador e comandante em chefe da guarnição militar, em Macau, de 1962 a 1966, para além de ter sido 2º comandante militar e comandante operacional adjunto do comando-chefe na Guiné, entre 1968 e 1970.

Apesar do exercício destes cargos nos tempos de Salazar e de Caetano, o novo regime contaria consigo tanto no imediato pós-25 de Abril, em que foi promovido a general e nomeado vice-chefe do Estado-Maior do Exército, como nos 15 anos que se lhe seguiram, até à reforma, que o encontrou como presidente do Conselho Superior de Disciplina do Exército, depois de ter assumido, sucessivamente, a direcção do Centro de Estudos Milita-

res e do Instituto de Defesa Nacional.

Actualmente com 75 anos, Adriano Faria Lopes dos Santos preside à Assembleia Geral da Associação da Secular Amizade Portugal-China (qualidade em que integrou a comitiva de Mário Soares na recente visita do chefe do Estado à China) e desempenha cargos de direcção em associações ligadas a actividades cinegéticas, de que é um entusiasta, a par do desporto hípico.

Como aconteceu com o escritor Carlos Vale Ferraz, convidado pelo PÚBLICO a regressar a Moçambique, o general Lopes dos Santos escreveu um diário de viagem cuja publicação iniciamos neste destacável e se prolonga até à próxima quinta-feira, dia 5, data do 20º aniversário da proclamação da independência de Cabo Verde. ■

Adelino Gomes

MARIOZINHO já estava a bufar. Deu três passos na rua, voltou a trás e esticou o pescoço, indignado, para os amigos. "Não é não! Deixámos de ser! Eu sou cabo-verdiano!" Mas Agualdo mostrava os dentes e continuava.

— Se Cabo Verde tivesse uma situação como os Açores e a Madeira, estávamos muito melhor!

— É verdade, concordou José.

— É verdade, repetiu Edison.

— Aqui, todo o povo é português. Todos, todos são portugueses e não é só no futebol. É próprio do nativo da Boavista ser português.

— Eu sou cabo-verdiano, eu não concordo nada com isso, gritou Mariozinho. E amouu e afastou-se.

— A independência nunca chegou à ilha da Boavista, sentenciou Agualdo. Se até o nosso ex-Presidente, que é de cá e andou na luta, disse isso, como é que nós não havemos de dizer, há?

Lá vinha outra vez a entrevista dada por Aristides Pereira, ao "Expresso", sobre o suposto desejo dos cabo-verdianos por uma simples autonomia. Foi há dois anos, foi atabalhoadamente negada pelo próprio, mas espalhou-se por Cabo Verde como o vento leste. Uma dor de alma para a maioria das pessoas, mas continua a alimentar os corações mais radicais como o de Agualdo, de 23 anos. Na Povoação Velha, a primeira localidade fundada na ilha pelos portugueses, deu grandes debates sobre autonomia relativa ou verdadeira independência.

Mariozinho, num canto, mais calmo, tentava uma explicação lógica para os "disparates" dos amigos. Os argumentos dos que defendem que Cabo Verde devia ter ficado "debaixo da bandeira portuguesa" explicam-se pela vontade de emigrar, o que cada vez é mais difícil. É por um recuo que passou de alguns pais para alguns filhos, nascido no próprio dia da independência, há vinte anos, de que Cabo Verde, tão pobre, não se aguentaria e que as pessoas passariam grandes fomes e dificuldades. Mas a ex-colónia, mantendo a devoção a Portugal, fez-se nação e, com a ajuda estrangeira e trabalho duro, desenvolveu-se. "O problema é que aqui tem falta de trabalho. Toda a gente quer emigrar."

Ele, que fez 28 anos, não. Para

já, porque tem um irmão em Portugal que caiu no desemprego. Muitos cabo-verdianos vivem mal, longe da terra. "Costumamos ver na televisão. Eles passam muita amargura. Eu, para passar mal, prefiro passar mal aqui, ou não é?"

Na Boavista, rodeada de praias brancas e dunas altíssimas, é quase impossível encontrar pessoas fora das povoações. No interior, semeados de pedras vulcânicas, vagueiam burricos selvagens e cabras, descendentes do tempo antigo em que criação de gado, para encher de carne os navios que aportavam na Boavista, extenuou a vegetação da ilha.

Terceira em tamanho do arquipélago, a Boavista não tem sequer quatro mil habitantes, tantos como há um século. Todo o crescimento demográfico tem sido rapidamente descompensado pela emigração. Nos últimos anos, a lógica dos mercados e políticas internacionais criou um problema bocado aos homems da ilha. As raparigas ainda conseguem sair, queridas em Itália e na França como empregadas domésticas. Os rapazes assistem ao fecho violento das portas de Portugal, Holanda e Estados Unidos. De modo que, quando uma mulher sai à rua, há pelo menos quatro rapagões que desligam a conversa e ficam esquisitos.

— Foi uma grande luta. Lutei, lutei bastante, confessara Raul, rindo-se para Cândida.

Conquistou-a há três meses, depois de um ano inteiro de corte e simpatias e a apurar técnicas para enotar os outros pretendentes de Cândida. E se amanhã dessem a oportunidade a Raul de emigrar?

— Eu ia, mas ficava a pensar nela.

No velho solar de Sal-Rei, por cima dos armazéns comerciais da casa Benóiel, Alice Spencer nunca se casou. "A gente casa quando Deus quer.

Deus não me destinou para isso." Alice Spencer, 84 anos, na casa construída há cem anos pelo avô, com madeiras da Guiné e de Angola, um tamarindo no quintal, assistiu ao último período da decadência económica da ilha. No princípio do século passado, a Boavista, exportadora de sal, carne salgada e corantes naturais, chegou a ter consules residentes da Inglaterra, Estados Unidos, Argentina e Brasil. Sal-Rei foi a sede da comissão mista luso-inglesa para o fim da escravatura. Surtos de peste amarela e a concorrência de outros portos arrastaram-na para o declínio.

Nas últimas décadas deste século, foram quase aniquiladas as exportações de queijo, peles, purga e urzela que Alice Spencer, em pequena, via embarcar nos navios. A pesca do atum foi-se também a baixo, quando a fábrica de conserva da vila, especializada em grandes latas de dois e cinco quilos, não adquiriu a tempo maquinaria para conservas mais pequenas. A solução, espera-se, será o turismo. Dois projectos italianos estão a construir hotéis em duas praias, das mais puras e belas do mundo. Se um dia encherem, poderão fazer da ilha um local com mais turistas estrangeiros que boa-vistenses.

Alice Spencer defende esta opção para a ilha e para Sal-Rei, uma vila que antes da independência era periodicamente coberta pelas dunas. A construção de palçadas, na zona norte, acabou com a invasão das areias, consequência da erosão nas reservas de mármore, mas que, segundo a crença popular, vêm a voar 600 quilómetros, do Sara, por cima do Atlântico. "No dia 5 de Julho de 1975 a gente ficou... uma com saudades, outros satisfeitos", disse a senhora Spencer, fechando uma mão brancíssima na outra. "A festa foi ali no largo e eu sentia-me muito satisfeita, deixá-me dizer-lhe." Podia ter escolhido a

nacionalidade portuguesa, escolheu a cabo-verdiana.

— Sou cabo-verdiana. Por pobreza não que seja a nossa casa, estamos bem nela, não acha?

A hora e meio de caminho de Sal-Rei, em Fundo das Figueiras, Patrício Pereira nunca se meteu na política, pelo menos directamente. Nos anos 60, nas fases agudas da guerra de libertação na Guiné, o mais velho dos 13 irmãos do primeiro Presidente da República, Aristides, era frequentemente visitado pela PIDE. Para nada, porque sobre o irmão, então guerrilheiro, Patrício sabia apenas que continuava vivo e sem poiso fixo no Senegal ou na Guiné. "Eu, até ao 25 de Abril, pensava que ele se tinha metido numa aventura sem saída... Depois começou a haver esclarecimento e as pessoas compreenderam. Até as que se questionavam 'como é que Cabo Verde se vai governar, sem recursos, sem nada?'"

— Acho que Cabo Verde tem ligação suficiente a Portugal. Há boas relações bilaterais, não há nada de que se queixar, disse o professor reformado, num português impecável aprendido com o pai, um pároco. Patrício Pereira já se irritou o suficiente com a história da entrevista do irmão. Decidiu, pura e simplesmente, que ela não existiu. "Eu não acredito que ele tenha dito aquilo", explicou, calmamente.

Mariozinho, na Povoação Velha, mantinha alguma irritação com a conversa de Agualdo. "Isso não fazia qualquer sentido. Cabo Verde é independente." Depois ficou triste e suspirou. "Podemos ser irmãos, nós e os portugueses, aqui dizemos que somos irmãos. Mas eu tenho esta cor de pele. Os portugueses dizem que nós somos irmãos?" ■

Rui Cardoso Martins

## nostalgia lusitana na Boavista

# o general no labirinto dos artistas

PÚBLICO, 1.7.95

MINDELO CONFUNDE-SE com a cultura cabo-verdiana. Diz-se que é a sua capital. Os nomes estão aí para o comprovar. Os sons dolentes que o cavaquinho e o violino tangem. As vózes melancólicas que se detêm na rememoração da terra distante. A evocação das naves que os expulsam para outras geografias. Mas o que de São Vicente conhecemos é, quase sempre, o que os mitos inscreveram na pedra do tempo.

Tinha visto, na noite em que chegara, Vasco Martins, Tchale Figueira e Tchê. Dois universos, aparentemente antitéticos, unem-se na inventiva destes instrumentistas que acrescentam uma nova geografia cultural à cidade labiríntica. Numa pequena sala, um computador, dois sintetizadores, uma viola baixo e vários instrumentos de percussão entrecruzam a herança e a modernidade.

Quería sondar este novo tempo. Representado na execução esplendorosa daqueles artistas. Conhecer os novos encantadores, pintores, tecelões. Descobrir Cabo Verde, que não se esgota nas canções de Eugénio Tavares ou B. Leza. E eles ali estavam, de porta aberta.

Ao descer as escadas do hotel, encontrei Nha Rosália — portuguesa de origem, cabo-verdiana de destino. Rosália Vasconcelos, de seu nome, é senhora diligente. Nada na ilha lhe é alheio. Cônsul honorária de Portugal, empenha-se para além do cargo. Foi ela que traçou o roteiro dos novos artistas mindelenses.

"Onde está o senhor general?" Ignorava que o convidado do PÚBLICO ali se encontrava. Foi só abrir a porta e sair pela Avenida 5 de Julho, e a figura esguia de Lopes dos Santos formalizou-se à distância. Na praça, já admirava a estátua de Camões. Tinha as mãos cruzadas sobre o peito. Não disfarçava a emoção. Percebe-se: duas décadas depois, só podia visitar

aquelas gentes com o coração. Comovidamente.

Em comitiva — Maria Isabel Barreno, Orlanda Amarílis, Alberto Carvalho, todos convidados para a semana dedicada à lusofonia, partilhavam a descoberta —, fomos bater à porta de António Firmino, pintador das ilhas, músico nos convívios nas traseiras de sua casa, casado com a cantora Ana Firmino, pai de um "rapper", ensinador de Inglês e director do Centro Nacional de Artesanato.

Pelas lentes de Firmino e dos seus colaboradores, o general e séquito admirariam as peças que ilustram um país desconhecido porque a distância insiste em que se atole na evocação dolente das mornas. Tapeçarias, instrumentos de valor histórico como uma roda de fiar, peças de tartaruga, botões de baleia, colheres de chifre, cachimbos, violinos, bules, peças de coco, entre muitas outras das várias ilhas — de que se destacam as de Santo Antão, Santiago e Boavista —, denunciavam que Cabo Verde não se afundou na memória.

O centro, que tem vocação de museu, está instalado numa casa com história. No princípio do século, o senador Vera Cruz havia de celebrar-se por a ter oferecido para liceu. É que as autoridades de então justificavam a ausência desta instituição com a falta de um local que albergasse os futuros alunos. A São Vicente posterior a este episódio formou-se nessa casa de estilo colonial.

As oficinas do centro estavam sem as mãos criadoras dos seus tecelões. Quase todos se encontravam na América, onde entretecem Cabo Verde que se expõe na Smithsonian. No entanto, sob o calor húmido da tarde, João Silva revia-se na herança do avô, Gregório Lopes, mais conhecido por Nhó Ginga, um dos precursores desta arte. Tem doze anos de ofício, 31 de idade. É já

mestre. Viajou por terras de Espanha e de Portugal.

O general não podia iludir as fraquezas do coração. Demorava-se em cada peça. Emocionava-se em cada abraço. Uma das figuras da terra, Aníbal Lopes da Silva, entrou no centro, com um dos filhos pela mão, para saudar o visitante. O abraço é irreportável.

Todos olhávamos para o relógio. Bela Duarte, que imitava o nome à porta de casa, esperava. Porfiando no Monte Sossogo, bairro típico de São Vicente. Mas o general marcava o passo, vagarosamente. A tarde embrulhava-se nas cores ocres que se diluíam no mar. As brumas ameaçavam a curiosidade, adiante havia silhuetas de uma ilha que se entrevia.

Entrámos no atelier da artista. Tecelagem, batik e pintura sobre telas que se recolhe na eterna vocação das ilhas. Obra exposta em Bruxelas, Lisboa e Paris. O general só podia comover-se: "É a riqueza cultural do seu país, minha senhora." Orlanda Amarílis compra uma bela peça em batik à sua compatriota. Isabel Barreno, filha de pai nascido em Cabo Verde, deslumbrava-se com o azul das peças. Na parede, uma tapeçaria: "Resistência". Um tronco de árvore resistindo à desertificação. Metáfora poderosa do destino de um povo.

Ainda tivemos tempo de bater à porta de Tchale Figueira. Ele também se deixa pintar nas cores da sua terra. Não estava. (No dia seguinte havia de o encontrar no Café Lisboa, ali ao lado do mercado, bebendo e abandonado a um lesto e fraternal diálogo. Tchale é uma pessoa inquieta. Assume-se contemporâneo dos problemas sociais da sua pátria. Pensa que é um imperativo histórico renovar a cultura cabo-verdiana. Sacode os mitos. É irreverente. Recusa a morna como modelo: "A arte em Cabo Verde está ainda numa fase

primitiva.")

Comemos rápido no Sodade. O João Branco, jovem português, activista cultural que aqui aportou, esperava-nos para a estreia da sua nova peça. No Centro Cultural Português. É preciso dizer que este é um lugar exemplar. Não é nenhuma catedral onde se admiram as obras do antigo império. Pelo contrário, é casa dos cabo-verdianos. Onde as duas culturas se miscigenizam. Falam-se as duas línguas: o crioulo e o português.

Na véspera, a sala havia-se revestido de solenidade. No "encontro de escritores lusófonos". Agora, transfigurara-se em palco. De Mário Henrique Leiria, representava-se uma adaptação dos seus contos: "Gin Tonic Surrealista". Interpretação, para além de João Branco, o protagonista, de Euclides Sequeira, Paulo Miranda, Gabriel Reis e Elizabeth Gonçalves.

A sala estava cheia. Ouviam-se risos, murmúrios. Na última fila, o general Lopes dos Santos segue a peça com vivo interesse. Risos e palmas atravessam os diálogos. Um dos "sketches" finais chama-se "... Cada brocha com o seu fuso": o general — a personagem da peça, esclareça-se — está diante de um grande mapa. Vê a posição dos inimigos e comenta que não conseguirão infiltrar-se: "Serão todos mortos." O capitão que o observa concorda: "Sim senhor." E puxa da pistola e dispara um "tiro correcto" na nuca do general.

No fim, Lopes dos Santos foi cumprimentar os actores, envolvidos no entusiasmo dos assistentes — muitos deles amigos, outros familiares. Quando o apresentaram ao protagonista, este afirmou: "Desculpe, general, não sabia que o senhor aqui estava..." ■

Nelson Sante,  
na cidade de Mindelo

## NO MINDELO, COM TODAS AS HONRAS

PÚBLICO, 1.7.95

**M**anuel Delgado, actual juiz do Tribunal de Contas e que foi responsável pela área económica do Governo de Lopes dos Santos, disse ter ficado agradavelmente surpreendido com a sua visita ao país, facto que, noutros círculos, terá provocado manifestações de carinho.

Num período em que o arquipélago era fortemente assolado pela seca, o trabalho desenvolvido pelo então governador foi altamente positivo, considera Manuel Delgado. Embora tenha representado o poder colonial, Lopes dos Santos foi um homem que gostava muito de Cabo Verde, funcionando como uma espécie de oficial contestatário do regime vigente e dos "sapos vivos" que vinham dos ministérios, nomeadamente o do Ultramar, conta o juiz.

Para Jorge Querido, chefe da brigada de águas subterrâneas do executivo de Lopes dos Santos, ao receber com algumas honras o antigo governador, Cabo Verde mostrou que as feridas já estão saradas e que é possível desenvolver relações de convivência entre os dois países de forma normal e sem quaisquer ressentimentos. Do ex-governador disse guardar a memória de ter sido um homem íntegro, sério, e que se interessou pelo desenvolvimento de Cabo

Verde, não obstante os condicionais da época.

Como satisfação pessoal, recordou o facto de ter sido Lopes dos Santos quem reagiu (contrariamente às posições do inspector Bernardo) contra a sua manutenção na prisão, quando em 1973 foi preso pela PIDE. Lopes dos Santos sugeriu a sua ida para Portugal e que aí se estudasse a possibilidade da sua transferência para Angola ou Moçambique, o que não chegou a acontecer, devido aos acontecimentos de 25 de Abril de 1974.

Arnaldo França, do então Gabinete de Apoio às Populações e posteriormente ministro das Finanças da República de Cabo Verde, manifestou-se "feliz com a visita do general" e exprimiu "muita admiração pelo notável trabalho que ele desenvolveu em Cabo Verde, num período em que era muito difícil, devido às secas". No Mindelo, para além de contactos com algumas personalidades, nomeadamente com o presidente da Câmara, Onésimo Silveira, e sua vereação, Lopes dos Santos encontrou-se com o actual director do Hospital Baptista de Sousa, filho de um dos seus colaboradores directos, o antigo director-geral-adjunto dos Correios, que assinalou o papel desempenhado pelo governador na libertação do seu falecido irmão, José Moniz, preso pela PIDE em 1970, na Praia. O mesmo responsável afirmou que há funcionários que ainda se lembram de Lopes dos Santos, talvez por ele ter sido uma individualidade que marcou a administração colonial no arquipélago: foi muito aberto, modesto e dialogante, contrastando com o regime ditatorial da altura. ■

Alirio Dias de Pina,  
no Mindelo

# reencontro

PÚBLICO, 17 95

**CHEGO ao aeroporto do Sal. Não há qualquer dificuldade nas formalidades alfandegárias. Não me esqueço de que piso, pela primeira vez desde há 21 anos, terras de um jovem país que governei como província ultramarina. Como é natural, faço-o com muita emoção. Passam pela minha mente imagens de momentos muito significativos, ligados à minha saída e aos abraços tão apertados de amigos que recebi. E agora vou deparar com gente nova.**

O aeroporto oferece hoje melhores instalações na aerogare, com aspecto perfeitamente internacional. Portugal deixou, em 1974, excelentes infra-estruturas de apoio às operações de voo, permitindo a sua utilização por todos os tipos de aviões e, teoricamente, durante 365 dias no ano, situação que se mantém.

Os principais utilizadores do aeroporto continuam a ser Cabo Verde, nas carreiras internas e internacional, Portugal e a África do Sul. Os aviões transportam alguns produtos exportados por Cabo Verde, designadamente lagosta, alguns têxteis, de uma fábrica de origem portuguesa com sede no Mindelo, e componentes de calçado doutra fábrica com a mesma origem e localização.

Tive oportunidade de apreciar, num jantar tipo "buffet" no hotel, habitual às quartas-feiras, boa comida toda confeccionada com produtos sul-africanos, transportados nos aviões de carreira. A ilha do Sal beneficia, embora em escala muito limitada, de géneros alimentares frescos, de boa qualidade, mas

de preços proibitivos para o comum dos cabo-verdianos. São utilizados pelos hotéis e pouco mais.

O hotel onde fico é ainda do meu tempo, embora muito ampliado. De início com seis quartos, tem hoje cerca de setenta. Foi um empresário belga que o construiu. A história é curiosa. O homem sofria de asma, que lhe fazia perigar a existência. Utilizava os aviões da África do Sul que escalavam o Sal. Os médicos aconselharam-no então a tentar minorar os seus males num clima seco e suave como o do Sal, já então conhecido internacionalmente, ainda que por poucos, dada a existência das carreiras aéreas sul-africanas com escala e, nessa altura, com permuta de tripulações no Sal, utilizando o único hotel existente. Foram estas tripulações alguns dos primeiros estrangeiros a aproveitar as delícias das praias e do clima da ilha.

Hoje, a ilha dispõe de mais de 400 camas, com apreciável aproveitamento. Aqui encontrei algumas dezenas de portugueses encantados com a maravilha do clima e agradados com as instalações e com os habitantes da ilha.

Afinal, a ilha do Sal dispõe do "melhor" clima do mundo, segundo afirmava um médico, há cerca de 25 anos, na minha presença. Corrigia, a seguir, dizendo que se tratava dum clima ótimo para o bem-estar humano, dadas as suas amplitudes térmicas diurnas e anuais e o valor do estado higrométrico do ar ao longo do ano.

A ilha é um deserto, praticamente sem água, ou

melhor, com uma muito escassa quantidade de água salobra. Passam-se às vezes seis, oito e dez anos sem chover. Hoje, a dessalinização resolve satisfatoriamente o problema da água, sabido que sem água suficiente não pode haver turismo com um mínimo de qualidade.

O facto de o Sal, tal como Boavista e Maio, ser uma ilha de costas quase todas baixas e arenosas, com um mar rico em peixe e com magníficas condições para a prática de "windsurf" e para a pesca desportiva, caça submarina, oferece-lhe excepcionais condições naturais para o turismo.

Percorro a ilha: uma boa estrada principal, as restantes em estado satisfatório. Bom ritmo de construção na sede do concelho, mas a exploração de sal de Pedra Lume — outrora um florescente centro de trabalho — limita-se ao consumo interno, por falta de mercados.

Um episódio ocorrido durante a II Grande Guerra diz bem da secura e das dificuldades que tem de enfrentar quem habite aqui. O conflito levou Portugal a reforçar as suas tropas em Cabo Verde. Numa unidade militar com sede nos Espargos, onde já havia um aeródromo militar, o chefe da secretaria escrevia a ordem de serviço diária. Teve de se levantar e deixar, por breves minutos, o papel na máquina. Quando voltou, uma cabra, as célebres cabras cabo-verdianas a quem a seca tantas vezes obrigou a comer pedras, saboreava, deliciada, o papel da ordem, incluindo o químico... ■

Lopes dos Santos



## a surpresa de um convite

É VULGAR dizer-se que um sonho se tornou realidade. Ora eu não me lembro de ter sonhado a hipótese de um dia voltar às ilhas de Cabo Verde, onde fui governador quatro anos, até Fevereiro de 1974.

Aqui passei um dos mais difíceis e preocupantes períodos da minha vida oficial, face à seca que durante mais de quatro anos fustigou a vida das populações e obrigou a medidas excepcionais de apoio às mesmas para controlar o seu estado nutricional, através dum plano geral cujos resultados foram totalmente positivos, graças ao pleno entendimento com as populações e quadros locais, cuja colaboração foi franca e aberta.

De Cabo Verde guardei sempre recordações inesque-

cíveis, em especial das suas gentes. Povo muito acolhedor, de alma sã, com elevado sentido de justiça, sofreu ao longo dos tempos os efeitos das impiedosas secas. Na realidade, desde que os portugueses os descobriram e povoaram, já que as suas ilhas estavam desertas.

Como afirmou em tempos o professor Adriano Moreira "estas terras de Cabo Verde parecem ter estado adormecidas, no meio do mar, desde a noite dos tempos, à espera de poderem ser Portugal."

E foram-no. Enquanto o quis o seu povo. E hoje são país. É país digno e honrado, dada a forma como se tem comportado no concerto das nações pela voz dos seus responsáveis. E, também, pela forma esclarecida e ponderada como têm conduzido a sua administração.

Mas, dirão os leitores, de que se trata, afinal?

Muito simples. No mês passado um dos meus netos chamou-me ao telefone. Pessoa desconhecida. Identificou-se. Era do PÚBLICO. Um convite. Tratar-se-ia dum reencontro de pessoas que desempenharam funções de relevo nos antigos territórios ultramarinos portugueses, com a realidade presente desses novos países. E a viagem concretizou-se.

A meu lado no avião, um jovem cidadão do novo país. Tratava-se do director financeiro duma empresa sediada em S. Vicente. Dele fiquei com excelente impressão. Com facilidade identifiquei pessoas de sua família, do meu tempo. Disse-lhe quem eu era. A troca de impressões evidenciou, no fundo, o lugar muito especial que Portugal tem no coração dos cabo-verdianos. Bom começo para quem se prepara para aterrar no Sal, depois de uma viagem impecável. ■

## O regresso dos mortos-vivos

PÚBLICO, 8 7 95

José Pinto de Sá, em Maputo

**Instrumentalizados pelo colonialismo e marginalizados pelo comunismo, os régulos pareciam mortos e bem mortos. Mas eis que se erguem entre as ruínas, exigindo de volta antigos poderes.**

**A** participação das autoridades tradicionais de

Moçambique na administração local não é um problema novo, tendo constituído já um dos cavalos-de-batalha na campanha eleitoral de Outubro do ano passado. Contudo, o conflito só surgiu em toda a sua amplitude em fins de Abril, quando o jornal "Notícias", de Maputo, anunciou que régulos e curandeiros continuam a aplicar a pena de morte em antigas zonas da Renamo, na província de Manica, que faz fronteira com o Zimbábwe.

Segundo aquele diário prô-governamental, as autoridades

tradicionais do posto administrativo de Dombe, no distrito de Sussundenga, julgam, condenam e executam indivíduos acusados de delitos vários, mormente prática de feitiçaria "de que resulte doença ou morte de pessoas". Citando uma fonte local, o "Notícias" revelou que os acusados são amarrados e atirados ao rio Lucite, que corre a sete quilómetros, e ali morrem devorados pelos crocodilos. O jornal avançou que, embora a pena de morte tenha sido abolida no país em 1990, foi retomada pelos régu-

los durante a guerra, "incentivados pela Renamo".

Em Manica, as autoridades provinciais, impotentes, escondiam a cabeça na areia ou lançavam um SOS. Abordado sobre o assunto, o delegado do procurador da República na província, Casimiro Davane, garantiu que era a primeira vez que ouvia falar de tais irregularidades. Mas, entretanto, o chefe do posto de Dombe, Ernesto Manguiza, solicitava ao Governo provincial o envio urgente de uma força de Polícia, face à gravidade da situação.

Continua na pág. 8

## Secretário-geral da Renamo afirma ao PÚBLICO

# “Os régulos são fundamentais”

PÚBLICO, 8 7 95

JOSE de Castro, de 50 anos, natural de Nampula, secretário-geral da Renamo, que neste fim-de-semana termina uma visita de dez dias a Portugal, disse ao PÚBLICO que “os régulos são um elemento fundamental para a própria disciplina do povo e para a sua organização”.

Acompanhado por Jorge Pereira da Silva, assessor da presidência daquele partido para as relações e cooperação internacionais, Castro observou que “as autoridades coloniais ouviam os régulos e por isso as coisas corriam bem”, sendo da opinião de que esses chefes tradicionais devem hoje em dia ser considerados agentes da Administração Central. Para que a África viva mais de acordo com a sua tradição ancestral, com as suas raízes.

O secretário-geral da Renamo também declarou que esta formação política, existente desde 1977, não está satisfeita com os resultados das eleições legislativas do ano passado, que lhe deram 37,78 por cento dos votos, face aos 44,33 da Frelimo: “Foram as eleições possíveis, mas não houve justiça. Antes muitas irregularidades. O poder é complexo, ninguém o quer deixar. As irregularidades não aparecem por acaso”.

Segundo ele, a democratização ainda não foi totalmente conseguida em Moçambique, quase três anos decorridos desde o fim da guerra, pois que ainda há “perseguições e mortes”, tendo-se inclusive verifi-

cado há algum tempo a detenção temporária de dois deputados da Renamo: Agostinho Murial e Jerónimo Malagueta.

No seu entender, não existem quaisquer condições para o reatar da guerrilha, mas ainda há muito a fazer para que se viva numa verdadeira paz e num clima de tranquilidade, sendo designadamente de ter em conta a existência de muitas minas, que tornam difícil a circulação nas picadas e o amanho das terras.

“Fortes chuvadas criaram lama que fizeram deslocar as minas, tornando ainda mais difícil a sua detecção e neutralização. É um processo extremamente oneroso e que não foi concretizado pela Operação das Nações Unidas em Moçambique (Onumuz)”, comentou Pereira da Silva, o assessor de Afonso Dhlakama que acompanhou José de Castro nesta sua estada em Portugal. Tal como com ele também este José António Monteiro, responsável por uma agência de marketing e publicidade com sede no Porto.

### Atrair investimentos

“É para atrair investimentos que estamos aqui. Aquando do Acordo Geral de Paz [assinado em Roma no mês de Outubro de 1992] obrigámo-nos a fazer alguma coisa nesse sentido. Mas a recuperação das infra-estruturas devastadas pela guerra é um trabalho que cabe

ao Governo”, afirmou José de Castro, antigo responsável pelo escritório do seu partido em Portugal, depois substituído nessas funções pelo coronel Joaquim Vaz.

A Renamo não se encontra totalmente satisfeita com a forma como Moçambique está a ser governado e gostaria até que se procedesse a uma revisão constitucional, de modo a diminuir os poderes presidenciais. Mas não vai nesta altura ao ponto de afirmar que sejam tensas as suas actuais relações com a Frelimo, formação que se encontra no poder desde a proclamação da independência, há 20 anos.

Agora, em 1996, irá participar nas primeiras autárquicas pluralistas de Moçambique, embora não pareça muito convencida de que as mesmas decorram sem as irregularidades que aponta para as presidenciais e as legislativas de Outubro último. Tal como não acredita que, a curto prazo, terceiras forças venham a conseguir qualquer apoio substancial, devendo a vida política nacional

continuar a processar-se essencialmente à volta do binómio Frelimo-Renamo.

O mês passado, durante um seminário efectuado em Maputo, ainda Afonso Dhlakama dizia existirem dúvidas sobre se as eleições de 1994 verdadeiramente deram a paz e a democracia ao país, ou se antes serviram para institucionalizar aquilo a que chamou “o totalitarismo da Frelimo”. E falava da “necessidade da tolerância para se preservar a paz”, ao mesmo tempo que notava não estar o povo moçambicano satisfeito com o actual estado de coisas.

De facto, um país que nos últimos 32 anos conheceu mais de 25 de actividade militar não tem grande probabilidade de passar em 10 ou 11 meses para um panorama inteiramente satisfatório. Mas o essencial deverá ser concertado a boa vontade dos seus principais quadros, militem eles no velho partido de Samora ou na formação mais tradicionalista liderada por Dhlakama. ■

Jorge Heltor

**VICE-PRESIDÊNCIA ANGOLANA PARA SAVIMBI** — O Conselho da República (CR) de Angola pronunciou-se na terça-feira a favor da atribuição de uma das vice-presidências da República ao líder da UNITA, Jonas Savimbi, informou ontem à Lusa uma fonte partidária. “Para o bem da paz, da unidade e da reconciliação nacional, aconselhamos o Presidente da República a atribuir uma das vice-presidências a Jonas Savimbi e outra ao MPLA”, referiu a mesma fonte. O Conselho da República é um órgão de consulta do chefe de Estado e reúne-se sempre que o Presidente angolano entenda convocá-lo. O CR reuniu-se pela última vez em Abril para ser informado oficialmente da assinatura do protocolo de Lusaka, rubricado em Novembro do ano passado.

PÚBLICO, 6 7 95

Continuação da pág. anterior

## O regresso dos mortos-vivos

### Régulo Dhlakama

As estruturas policiais e judiciais do posto foram destruídas durante a guerra e as unidades da Polícia destacadas para lá foram escuraçadas por várias vezes. As autoridades administrativas salientaram que a última expulsão de polícias foi precedida pela visita a Dombe, dois dias antes, do chefe tradicional Macacho Dhlakama, pai do líder da Renamo. O chefe Dhlakama é régulo da localidade de Mangunde, em Chibabava, na vizinha província de Sofala, e — segundo as acusações do Governo distrital — foi a Dombe incitar os seus pares a

rebelião contra o poder central.

A Renamo afirma que as atitudes assumidas pelo régulo Macacho só a ele dizem respeito e não comprometem o partido que o filho dirige. Para a Renamo, todo o “caso Dombe” não passa de mais uma manobra da Frelimo para tentar desacreditar a oposição.

“Acho que essas informações constituem pura mentira, até que se provem os factos”, comentou Raul Domingos, da Comissão Política da Renamo. E expressou a sua dúvida sobre a veracidade das alegações, mas achou que, caso confirmadas, “justiça deve ser feita”.

O Governo, por seu lado,

evitou o mais possível o conflito com muitas zonas devastadas pela guerra, sobretudo nas que estiveram sob controlo da Renamo. Nessas áreas, o poder dos régulos sobre os camponeses é efectivo e poderá ser determinante nas eleições autárquicas que se avizinham.

Consciente disso, o Presidente Joaquim Chissano optou por satisfazer as exigências dos chefes, anunciando mudanças de fundo na política da Frelimo. O Governo vai submeter ao Parlamento um projecto de lei visando reintroduzir e regular o exercício do poder dos régulos, de modo a que colaborem na administração do país.

Aparentemente, as promessas não satisfizeram os chefes tradicionais. Uma semana depois daquelas declarações de Chissano, os 44 régulos de Dombe organizaram uma manifestação a exigir a integração imediata no aparelho de Estado. De seguida, procederam à expulsão dos 12 polícias para ali enviados 15 dias antes.

Domingos Arouca, líder da Frente Unida de Moçambique (Fumo), comentou que o conflito nasceu das “promessas demagógicas”, até agora não cumpridas, que teriam sido feitas aos régulos pela Frelimo durante a campanha eleitoral do ano passado. ■

# BFE africanista

EXPRESSO, 8 7 95

O GRUPO BFE associou-se a várias entidades europeias e moçambicanas na constituição daquela que será a primeira sociedade de «leasing» a operar na ex-colónia portuguesa da África Oriental. «Está-se neste momento a proceder ao estudo dos estatutos, tendo em vista a alteração de duas ou três das suas cláusulas, mas já está em constituição», disse ao EXPRESSO um dos administradores do grupo presidido por Miguel Cadilhe. Segundo Manuel Meira Fernandes, a futura empresa de «leasing», antes de representar um negócio em si mesmo, «será, acima de tudo, um instrumento de modernização do sistema financeiro de Moçambique».

Os principais accionistas desta empresa com um capital de 2,5 milhões de dólares são a sociedade de capital de risco Edfund (participada pelos governos alemão, suíço, sueco e francês), com 25

por cento, e a seguradora moçambicana Impar (participada pela Império e António Simões), também com 25 por cento. Seguem-se, com 15 por cento, a «leasing» do Zimbabwe UCD e o banco de investimentos inglês Commonwealth Development Corporation. Finalmente, o grupo BFE participa com 10 por cento, enquanto que a seguradora moçambicana Emose e a participada do Governo francês Proparco subscrevem partes iguais de 5 por cento.

Com a transformação da sua delegação em Moçambique de escritório de representação em sucursal, o BFE alargou também as suas instalações em Maputo, com um novo balcão, e prepara-se para abrir um outro na zona da Beira.

Entretanto, o grupo financeiro português aprovou já a abertura de uma linha de crédito de apoio a cantineiros, que visa o relançamento dos circuitos comerciais das zo-

nas rurais de Maguda, Manhiça e Catuane. Este projecto, com um modesto orçamento de 600 mil dólares, deverá funcionar como teste para a entrada do BFE numa «linha de largos milhões de dólares com os chamados países dadores da União Europeia e não só». Meira Fernandes admite que esta primeira abordagem aos circuitos comerciais das zonas rurais moçambicanas deverá ser praticamente a fundo perdido, «mas servirá também para ver quem funciona melhor». Os montantes a atribuir poderão ir até um máximo de 50 mil dólares, distribuídos por investimento, aquisição de mercadorias (obrigatoriamente em Moçambique ou Portugal) e fundo de maneo, sendo o prazo de reembolso do investimento (de maior valor) até quatro anos, incluindo um ano de carência.

Meira Fernandes divulgou ainda um dos principais ob-

jectivos da Fundação Portugal-África, cujo capital fundacional de 1,3 milhões de contos é subscrito em 80 por cento pelo BFE: «Para além da educação, formação de quadros e fomento empresarial em Moçambique, a Fundação quer constituir uma base de dados de toda a informação relativa ao país e que neste momento está dispersa por muitas pessoas e em risco de se perder no caso da sua morte». Este administrador do grupo BFE lembra a experiência profunda de centenas de pessoas que conheceram Moçambique «de uma forma sistematizada e científica» antes da independência — conhecimentos estes que deverão dar corpo a um autêntico cadastro de matérias-primas e de outras informações essenciais ao futuro e desenvolvimento daquele país.

ANTÓNIO EÇA  
DE QUEIRÓS

# Estados Unidos apostaram na divisão de Angola

EXPRESSO, 8 7 95

A ADMINISTRAÇÃO norte-americana autorizou a CIA, em 1975, a apoiar clandestinamente a UNITA e a FNLA, com o objectivo de, segundo uma declaração de William Colby, na altura director da CIA, «(...) criar uma base para uma espécie de confederação, deixando Luanda para o MPLA e Savimbi e Holden Roberto com os seus territórios separados».

As operações — que incluíram o fornecimento de armamento, treino militar e o desenvolvimento de acções de propaganda, num total de 32 milhões de dólares — terminaram a 19 de Dezembro de 1975, por decisão do Senado, apesar do desacordo do Presidente Ford.

As informações sobre a intervenção dos EUA em Angola estão publicadas em **Só para os Olhos dos Presidentes**, o último livro de Christopher Andrew, histo-

riador inglês especializado em serviços de informações, que as obteve numa entrevista com William Colby.

Segundo Andrew, no princípio de 1975, o 40 Comité — uma «task-force» interdepartamental da Administração dos EUA encarregada de estudar e aprovar acções clandestinas no estrangeiro, na altura presidida por Henry Kissinger — considerou que a opção mais eficaz de evitar a vitória do MPLA era iniciar uma série de acções de apoio à UNITA e à FNLA. Para Kissinger, era «a única maneira de prevenir uma vitória fácil das forças comunistas em Angola». O Presidente Ford aprovou o plano — que tinha o código de IA Feature e um orçamento de 6 milhões de dólares — apesar de nunca o ter submetido à aprovação do Congresso.

No entanto, a operação teve desde o princípio a desaprovação de Nathaniel



Holden e Savimbi: EUA gastaram 32 milhões

Davis, assistente do secretário para os Assuntos Africanos do State Department, encarregado do «dossier» angolano, que acabou por se demitir, afirmando: «Sabemos que os soviéticos estão a introduzir mais, mais pesado e mais sofisticado armamento em Angola (...), não é realista pensar em termos de um plano que possa ao mesmo tempo ser eficaz e clandestino». De igual modo, John Stockwell, que chefiava o grupo da CIA para Angola, defendeu que, devido à grande influência soviética, o plano era demasiado pequeno para resultar.

Apesar deste cepticismo, Ford, Kissinger e Colby mandaram a CIA avançar, reforçando o orçamento com 8 milhões, em Julho, e mais 25 milhões, em Agosto.

Em Novembro, Kissinger, perante o 40 Comité, e já com o MPLA como vencedor absoluto, voltou a argumentar que a operação devia continuar e ser mesmo reforçada com 100 milhões de dólares. O Comité, segundo Andrew, «hesitou entre um apoio maciço e abandonar a operação clandestina em Angola». No entanto, a 13 de Dezembro, «The New York Times» revela toda a operação e a 19 do mesmo mês o Senado, por 54 votos contra 22, vota a favor da eliminação do plano. Comentando a decisão do Senado, o Presidente Ford afirmou: «Esta abdicação de responsabilidades provocará, a longo prazo, as mais graves consequências para a posição dos EUA no mundo.»

# As 2 moedas de Angola

EXPRESSO, 8.7.95

**GUSTAVO COSTA**  
correspondente  
em Luanda

A VIDA dos angolanos passou, esta semana, a ser gerida por duas moedas nacionais — o novo kuanza e o kuanza reajustado —, uma coabitação cujo futuro será o primeiro teste à «estratégia de choque» com que o novo ministro das Finanças, Augusto Tomás, pretende sanear a economia. Decidido a pôr em marcha o seu plano, este jovem economista procedeu, em simultâneo, ao aumento dos preços dos combustíveis e pretende aumentar as rendas de casa, o custo dos bilhetes de avião e eliminar a importação de viaturas de luxo por parte do Estado.

Com estas medidas, Augusto Tomás — que teve a coragem de convidar para assessor José Cerqueira, um dos mais brilhantes economistas angolanos mas «chumbado» no passado pela ala conservadora do MPLA — quer demonstrar que os angolanos terão que apertar ainda mais o cinto e de abandonar hábitos de consumo proporcionados pelo Estado-providência.

Mas se em alguns círculos a aplicação deste pacote é bem acolhida, noutros receia-se que o ministro das Finanças, que chamou a si o controlo do contencioso entre a Sonangol, o Tesouro e o Banco Nacional de Angola, possa estar a cavar a própria sepultura, ao ferir interesses de sectores afectos ao partido governamental.

Nem mesmo a promessa de desagravamento dos impostos aduaneiros e das taxas

portuárias, o anúncio da criação de um cabaz de produtos básicos e o pagamento de salários em atraso aos funcionários públicos atenuaram a forma pessimista com que muitas famílias, sucumbindo à fome por falta de recursos, vêem o programa do Governo.

Nos hospitais, parte considerável dos bens alimentares é consumida pelo pessoal e desviada pela «nomenclatura» do Ministério da Saúde. E no ensino os salários são tão miseráveis que alguns professores pedem aos alunos de melhores posses parte do lanche para matarem a fome, para não falar na candonga com os enunciados das provas. «Isto está tão mau que há professores que roubam livros e pastas de alunos para obterem dinheiro para alimentar a família», afirma um ex-director do Ministério da Educação.

A espiral inflacionista está a atormentar o futuro de muitos casais. «As desigualdades económicas estão a criar um 'apartheid' artificial, e hoje praticamente só os brancos e uma minoria de pretos é que podem ir a certos restaurantes da cidade», dizia um economista angolano frustrado por não conseguir uma mulher-a-dias, que preferem ir trabalhar para casa de estrangeiros por serem pagas em divisas (entre 50 a 100 dólares).

Por tudo isso são cada vez mais frequentes as evocações dos «anos da saudade», os anos dourados do tempo do «socialismo», quando, com um cartão de abastecimento restrito, grande parte dos funcionários públicos podia fazer duas refeições

por dia.

«A maioria dos lares aqui em Luanda não faz senão uma refeição... e quando faz», diz André Coelho, um comerciante português. O corte do cabaz que era administrativamente atribuído aos quadros médios e superiores do Estado está a levar a população a desacreditar na economia de mercado. «Dantes ganhávamos menos e havia menos coisas nas lojas, mas o essencial era-nos garantido e ninguém morria de fome como agora. Como posso sobreviver com um salário de 23 milhões de kuanzas [cerca de 1250 escudos] quando um frango custa 12 milhões [cerca de 750 escudos]?», interroga-se Arminda Coutinho, directora do gabinete do ministro dos Desportos.

Quem não tem os mesmos problemas é Genoveva Verdades, funcionária dos petróleos: apesar de ganhar ainda menos, «aluga» o cartão de acesso à loja da Fina, que pratica preços subvencionados, «por 45 mil escudos ao mês». Felícia Pereira também não tem muitas razões de queixa: o marido, alto funcionário do Estado, prevê embolsar perto de 3500 contos com a venda de cinco mil resmas de papel doadas pelo Governo italiano.

Ganhando pouco mais de 1200 escudos, Maria Luísa, jurista dos Assuntos Sociais, pediu licença sem vencimento por um ano para ir trabalhar para a Sonangol, «na esperança de beneficiar de um cartão de abastecimento na Catermar». E, com o rigor das novas medidas económicas, Angelo Silvestre deixou de exercer as funções

de contabilista no Ministério do Trabalho para ingressar numa empresa privada de segurança, «onde ganho o suficiente para que os meus filhos nunca mais voltem a ir à escola sem tomar o pequeno-almoço».

Talvez por idêntico motivo se assista entre os funcionários públicos a uma luta pelas deslocações ao estrangeiro devido às ajudas de custo — 200 dólares por dia. «Com a venda dos 400 dólares que poupei na última viagem vou poder alimentar a família por mais três meses», afirma Armindo Júlio, do Ministério do Interior.

Para sobreviver, os polícias exigem aos automobilistas que paguem multas inexistentes, os funcionários bancários impõem uma comissão para autorizarem o levantamento de dinheiro, os militares da Força Aérea subtraem peças de aviões, que vendem ao desbarato a empresas privadas de aviação.

Enquanto alguns elementos da «nomenclatura» alugam vivendas que compraram ao preço da chuva ao Estado por somas que chegam a atingir os 500 contos mensais.

Entretanto, a maioria dos angolanos vai sobrevivendo como pode, com os olhos marejados de lágrimas revoltosas do presente e nostálgicas dos velhos tempos do cartão do comércio interno.

É a favor destes que o ministro das Finanças diz que incidirá o seu programa para inverter uma situação de injustiça social apoiada numa minoria, capaz de urdir as mais diversas maquinações para provar a ineficácia das reformas de Augusto Tomás.

## Notícias Africanas

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto. Correspondências devem ser encaminhadas à Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro - RJ - Brasil - Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. WE ASK FOR EXCHANGE.

I M P R E S S O